CONCURSO PÚBLICO
TRIUNFO 02/07 TARDE

PREFEITURA DE TRIUNFO PERNAMBUCO

PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

80 QUESTÕES OBJETIVAS

igeduc

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital;** levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
- Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
- Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
- Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeducc.org.br.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (de 1 a 60)

Julgue os itens que se seguem.

01. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva garante a transversalidade da Educação Especial desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

02. O processo de inclusão educacional é diverso, podendo ser, por exemplo, adaptação de material em áudio, braile ou caracteres ampliados; adequação de um objeto; ajustar um mobiliário; adequar um conteúdo; adaptar uma atividade, entre muitas estratégias e procedimentos que atendam às necessidades educativas da criança com deficiência.

03. O cotidiano de uma escola infantil tem de prever momentos diferenciados que certamente se organizarão da mesma forma para as crianças maiores e menores. Diversos tipos de atividades envolverão a jornada diária das crianças e dos adultos: o horário da chegada, a alimentação, a higiene, o repouso e as brincadeiras.

04. Durante a adaptação, o acolhimento é muito importante e deve fazer parte do dia a dia da criança, não se limitando apenas ao início do processo, mas sempre que houver necessidade. Dessa forma, a acolhida nada mais é do que fazer a criança se sentir bem dentro da instituição escolar.

05. A organização do ambiente da instituição de educação infantil sempre é neutra, reveladora da concepção pedagógica e dos princípios predominantes sobre educação, criança e processos de ensino e aprendizagem da instituição.

06. Podem ser considerados cuidados com crianças com deficiência os atos de: posicionar o aluno de forma que possa obter a atenção do professor; estimular o desenvolvimento de habilidades de autocuidado; encorajar a ocorrência de interações e o estabelecimento de relações com o ambiente físico e de relações sociais estáveis.

07. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da inclusão dentro e fora da escola.

08. O processo de realizar um diagnóstico sobre a qualidade de uma instituição de Educação Infantil precisa levar em consideração alguns aspectos importantes, como: direitos humanos fundamentais, o reconhecimento e a valorização das diferenças de gênero, étnico-racial, religiosa, cultural e relativas a pessoas com deficiência, os conhecimentos científicos sobre o desenvolvimento infantil, a cultura da infância, as maneiras de cuidar e educar a criança pequena em ambientes coletivos e a formação dos profissionais de educação infantil, dentre outros.

09. As relações interpessoais no ambiente escolar podem ser definidas como processos individuais, que são desenhadas por acordos, compatibilidades, simetrias, partilhas e solidariedades, mas também por imposições, coações, tensões, conflitos e contradições, o que significa que estão sempre em equilíbrio instável.

10. As creches são concebidas como um serviço público que atende a direitos da família e da criança; têm por objetivo educar e cuidar de crianças até 6 anos de idade; e procura responder ao princípio de igualdade de oportunidade para as classes sociais, os sexos, as raças e os credos, integrando o planejamento municipal, estadual, regional e federal de ações mais gerais.

11. A Lei Nº 10.098/2000, no Art. 2º, que trata sobre acessibilidade, define que é qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

12. De acordo com a LEI Nº10.098/2000, considera-se mobiliário urbano como sendo: quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico.

13. A adaptação à creche é um processo gradual em que cada criança precisa de um período de tempo igual para se adaptar, sendo importante respeitar o ritmo da própria criança e impondo um período pré-determinado para a adaptação.

14. A política educacional atual estabelece um novo caminho para as práticas escolares, diferentes das construídas historicamente: a matrícula em classe comum e o apoio de atendimento educacional especializado para complementar ou suplementar a escolaridade são essenciais para que as crianças com deficiência sejam incluídas nas escolas.

15. A divergência entre escola e família está na tarefa de ensinar, sendo que a primeira tem a função de promover a socialização das crianças, incluindo o aprendizado de padrões comportamentais, atitudes e valores aceitos pela sociedade, enquanto a segunda tem a tarefa de favorecer a aprendizagem dos conhecimentos construídos socialmente em determinado momento histórico, de ampliar as possibilidades de convivência social e, ainda, de legitimar uma ordem social.

16. Segundo a BNCC, a organização por Campos de Experiências é uma forma de dar intencionalidade para as práticas pedagógicas e colocar a criança no centro do seu processo de aprendizagem, uma vez que organiza e integra brincadeiras, investigações e interações que acontecem no cotidiano escolar.

17. Os jogos e as brincadeiras são a essência da criança, e utilizá-los como ferramentas no cotidiano escolar possibilita a produção do conhecimento, da aprendizagem e do desenvolvimento da criança. Portanto, precisamos perceber a escola como um espaço para os alunos vivenciarem a ludicidade como meio para desenvolverem a atenção, o raciocínio, a criatividade e a aprendizagem significativa, que na nossa pesquisa terá o foco em turma de alfabetização.

18. As ações que envolvem as práticas sociais e culturais de higiene desenvolvidas nas instituições de educação infantil caracterizam-se como importantes conhecimentos a serem ensinados e aprendidos pelas crianças, e as práticas de higiene são reconhecidas como momentos de educação e cuidado.

19. Adotar uma postura ética é construir boas relações com colegas, chefes e subordinados, o que contribui para as rotinas de trabalho funcionarem em ordem, fortalecendo rendimentos produtivos e a imagem da organização frente àqueles que se interessam por ela. Dessa forma, ser ético é agir de maneira a desviar dos padrões convencionais da sociedade, sem trazer maiores prejuízos às outras pessoas.

20. Por meio de uma pedagogia do cotidiano, existe a possibilidade de trabalharmos com as crianças com base no desenvolvimento de habilidades, de modo interligado e circular, em que sentir, pensar e comunicar sejam considerados processos interdependentes.

21. A escola se relaciona com a ciência e não com o senso comum, e existe para proporcionar a aquisição de instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência) e aos rudimentos (bases) desse saber. A contribuição da escola para o desenvolvimento do sujeito é específica à aquisição do saber culturalmente organizado e às áreas distintas de conhecimento.

22. Conceitos como auto-organização, descentralização, liderança, autonomia, participação, cooperação, moral e outros princípios democráticos ilustram os discursos, sejam estes educacionais, gerenciais ou políticos. Contudo, esses conceitos oportunizam entender a extraordinária complexidade das organizações modernas, do comportamento humano e das práticas gerenciais.

23. A criança com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade é reconhecida com mais propriedade e rapidez quando ingressa na escola, pois é o período em que as dificuldades de atenção e inquietude são percebidas com maior frequência pelos professores, quando comparada com outras crianças da mesma idade e ambiente.

24. Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a Educação Inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da inclusão.

25. Os problemas relativos à higiene costumam ocorrer em crianças que convivem em ambientes públicos, como em creches. Esses podem ser diminuídos sensivelmente a partir de um trabalho de conscientização que, consequentemente, atingirá os pais e a comunidade em geral. Quanto melhor essas crianças forem esclarecidas, mais chances elas terão de formarem seus bons hábitos de asseio.

26. As relações interpessoais na escola estão indissociavelmente conectadas à realização das necessidades educativas fundamentais do desenvolvimento pessoal e intelectual de cada aluno, isso porque a função social e educativa da escola se reduz ao mero fornecimento de informações, pois requer a formação integral do sujeito na sua dupla dimensão, a individual e particular.

27. De acordo com a LEI Nº10.098/2000, a pessoa com mobilidade reduzida é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

28. Diante do quadro histórico-cultural de uma sociedade capitalista, estruturada por relações sociais de produção marcadas pela desigualdade entre classes sociais, que desfrutam de condições díspares para acessar os bens de toda ordem produzidos socialmente, essa realidade, por si só, é fator da violência estrutural que repercute nas diversas dimensões da vida, inclusive no interior da instituição escolar.

29. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, as crianças têm o direito de conviver, brincar, participar, desenhar, explorar, expressar e constituir-se como sujeitos em diferentes espaços e tempos no ambiente escolar.

30. A inclusão de um aluno com Transtorno do Espectro Autista implica na necessidade de o professor conhecer e construir primeiramente um vínculo com seus alunos, bem como entender a relação entre eles, para então possibilitar a elaboração de estratégias de ensino em benefício da aprendizagem da turma.

31. A transição da alimentação exclusiva do leite materno para a alimentação complementar se justifica, considerando que aproximadamente aos seis meses, o leite humano como fonte alimentar única cobre os requerimentos nutricionais mais genéricos, como as demandas calóricas e proteicas, ou mais específicas, como pode ocorrer com o ferro dietético e a vitamina A.

32. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, as crianças têm o direito de participar, com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

33. Na orientação de uma dieta, deve-se levar em conta conceitos adequados de preparo, noções de consistência e quantidades ideais das refeições e opções de diversificação alimentar que contemplem as necessidades nutricionais para cada fase do desenvolvimento, igualmente para as crianças.

34. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades, exceto o atendimento dos estudantes com deficiência, que precisam ser atendidos por meio de outra modalidade de ensino, a Educação Especial.

35. O entendimento de que a educação especial organizada de forma paralela à educação comum é a mais apropriada para a aprendizagem dos alunos que apresentam deficiência, problemas de saúde, ou qualquer inadequação com relação à estrutura organizada pelos sistemas de ensino, adequa-se às reais necessidades educacionais dos alunos com deficiência.

36. De acordo com a LEI Nº 13.185/2015, caracteriza-se a intimidação sistemática por: ataques físicos; insultos pessoais; comentários sistemáticos e apelidos pejorativos; ameaças por quaisquer meios; grafites depreciativos; expressões preconceituosas; isolamento social consciente e premeditado e pilhérias.

37. A construção de conhecimentos na Educação Infantil corrobora a função pedagógica desta etapa da Educação Básica, passando pelo desenvolvimento de conteúdos e de habilidades, brincadeiras como atividades lúdicas, mediadas e direcionadas para a aprendizagem das crianças.

38. Organizar a creche significa adequar o tempo e o espaço a esse atendimento, considerando os aspectos do cuidar e do educar como dimensões essenciais ao desenvolvimento de crianças pequenas, de modo que profissionais e crianças aprendam a conviver e a viver face à multiplicidade de interferências do cotidiano, sem deixar de lado, ao mesmo tempo, a importância de realizar ações articuladas com outros setores da sociedade igualmente responsáveis por esse espaço educativo.

39. A Educação Infantil é a porta de entrada para inclusão escolar, sendo este nível de ensino marcado pelo desenvolvimento das aquisições linguísticas, atitudinais, afetivas, sociais e psicomotoras, em que as crianças interagem com muito mais liberdade, sem a preocupação permanente de ter um currículo para cumprir.

40. A participação da criança durante o acolhimento possibilita interações sociais entre ela e a instituição, que irá conhecê-la a partir do olhar desse sujeito, o que implica a reflexão e revisão das práticas educativas, vindo a contribuir para a construção de um novo paradigma educacional.

41. O planejamento da creche deve considerar que o período de adaptação é um momento muito especial para cada criança. Sua família e seus educadores precisam ser flexíveis quanto a rotinas e horários para as crianças em período de adaptação, dessa forma, as crianças têm direito de levar um objeto querido de casa para ajudá-las na adaptação à creche: uma boneca, um brinquedo, uma chupeta, um travesseiro.

42. Os indicadores de qualidade para a Educação Infantil compreendem o planejamento institucional, a multiplicidade de experiências e linguagens, as interações, a promoção da saúde, os espaços, materiais e mobiliários, a formação e condições de trabalho dos professores e demais profissionais, além da cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

43. Bullying é todo ato de violência física ou psicológica que ocorre de forma intencional e isolada, com motivação evidente, mas sem o objetivo de intimidar, agredir ou provocar dor ou angústia em uma ou mais pessoas.

44. O processo de definir e avaliar a qualidade de uma instituição educativa deve ser participativo e aberto, sendo importante por si mesmo, pois possibilita a reflexão e a definição de um caminho próprio para aperfeiçoar o trabalho pedagógico e social das instituições. A forma como a sociedade define os direitos da mulher e a responsabilidade coletiva pela educação das crianças pequenas também são fatores relevantes.

45. O desenvolvimento psicomotor ocorre principalmente na infância, mais especificamente na fase pré-escolar. Os pais, as escolas e os educadores devem permitir que as crianças tenham a oportunidade de vivenciar cada etapa de seu desenvolvimento, envolvendo a interação direta dos pais com o cotidiano das crianças e a relação pais-escola.

46. A escola é considerada a primeira agência educacional do ser humano, sendo responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo, a partir de sua localização na estrutura social.

47. A atribuição de maior gravidade ao aluno cuja escolarização ocorre em contexto de ensino segregado pode esconder fenômenos de natureza psicossocial, que devem ser investigados para uma adequada compreensão das deficiências e das reações sociais frente a elas, institucionalizadas na forma de tratamentos especializados, que muitas vezes adquirem caráter segregativo.

48. Bebês e crianças pequenas que apresentam uma deficiência possuem, além das necessidades da própria fase de desenvolvimento, outras especificidades eventualmente impostas pela sua condição. Um bebê acometido por uma deficiência física, por exemplo, pode sofrer impactos no seu desenvolvimento motor, o que tende a afetar diretamente na sua autonomia, bem como na qualidade das suas interações.

49. A habilidade de coordenação motora global está associada com o controle dos pequenos músculos, como movimento das mãos, da face e visual.

50. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são conviver e o brincar, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização.

51. As crianças com distúrbio no desenvolvimento motor realizam atividades mais estáticas quando comparadas às crianças de perfil típico, preferindo ocupações como assistir televisão, navegar na internet, jogar jogos eletrônicos, ou mesmo não realizar atividade física alguma, tanto no contexto escolar como domiciliar, sugerindo associação entre estilo de vida e desenvolvimento psicomotor.

52. São considerados indicadores de qualidade para a Educação Infantil: planejamento institucional, multiplicidade de experiências e linguagens; interações; promoção da saúde; espaços, materiais e mobiliários; formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; cooperação e troca com as famílias; participação na rede de proteção social.

53. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, dislexia, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

54. De acordo com a Lei Nº9394/96, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino, cabendo aos Estados, de forma autônoma, a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

55. Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política Nacional de Educação Especial não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantém a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da Educação Especial.

56. De acordo com a Lei Nº 13.146/2015, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento imediato de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

57. A Educação Infantil passou a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Constituição Federal de 1988, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil.

58. O profissional de apoio escolar deve considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que, quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Além disso, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das crianças, levando em conta as diferentes realidades socioculturais.

59. A Educação Inclusiva pressupõe uma reorganização no sistema educacional de forma a permitir acesso, permanência e condições de aprendizagem a toda população em idade escolar, englobando uma variedade de segmentos, atendendo a um segmento populacional específico, alunos com deficiência, que, por características distintas, muitas vezes requerem da escola ações homogêneas e centralizadas.

60. As instituições que atendem crianças pequenas, principalmente aquelas de zero a três anos, caracterizam-se por serem cuidadosas, protetoras, afetuosas e assistencialistas, construindo as suas rotinas visando o bem-estar das crianças, de modo que elas se sintam seguras e orientadas.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 61 a 80)

Julgue os itens a seguir.

61. José é um estudante de Ensino Médio e resolveu fazer uma experiência que consistia em mergulhar totalmente uma pedra em um recipiente cilíndrico com água, observar que o nível de água se elevou, no recipiente, e, posteriormente, determinar o volume da pedra. Sabendo-se que o diâmetro da base do recipiente era 22 cm, a elevação da água no recipiente foi de 17 cm; e considerando "pi" igual a 3,14, é possível afirmar que o volume da pedra estudada por José tem um valor superior a 6.400 cm².

62. O substantivo próprio “Luís” deve ser acentuado, enquanto “Luiz” não pode receber acento gráfico, pois o “i” hiato tônico só se acentua quando estiver só na sílaba ou seguido de “s”.

63. É facultativo o acento diferencial da palavra “fôrma” (substantivo), distinta de “forma” (conjugação do verbo formar), sendo indicado principalmente quando houver possibilidade de ambiguidade.

64. No trecho “transmite-se, nos diversos meios de comunicação, as mais variadas informações sobre o tema”, há um desvio de concordância verbal, uma vez que o sujeito está posposto e separado do verbo por um termo acessório.

65. Na sentença “Sempre se perguntou por que o tratavam assim”, há um erro de grafia, uma vez que o termo destacado deveria ser “porque”.

66. As formas verbais “historia”, “calculo” e “capitulo” não devem ser acentuadas graficamente.

67. A sentença “Possui-se alguma informação” poderia ser modificada para “Possui-se algumas informações”, sem prejuízo à correção morfossintática da frase.

68. A frase “O amor lhes será revigorante” pode ser modificada para “O amor será-lhes revigorante” sem prejuízo para o sentido ou correção gramatical.

69. David percebeu que a caixa d'água de sua casa estava levando aproximadamente 7 horas para encher completamente, começando do estado vazio. Para reduzir esse tempo, ele instalou uma segunda torneira que leva 4 horas para encher a mesma caixa d'água quando ela está vazia. Considerando que ambas as torneiras estão ligadas simultaneamente e que a caixa estava vazia, é correto afirmar que a caixa d'água estará completamente cheia em menos de 2 horas e 40 minutos.

70. Os alunos de uma escola apresentam seus escores de rendimento representados por números. A média aritmética de uma lista formada por 75 escores desses alunos é igual a 38. Acrescentando-se dois números a essa relação (X e Y), a média aumenta 2 unidades. Sabe-se que X é o quadruplo de Y. Assim, é correto afirmar que Y = 46 e X = 184.

71. Um estudante com um barbante de 50 cm de comprimento construiu um quadrado e com o mesmo barbante construiu depois um trapézio isósceles cuja base maior é o dobro da menor e cujos lados oblíquos têm medidas iguais à base menor. Dessa forma, a razão entre a área do quadrado e a área do trapézio corresponde a 25/36.

72. John é um trader iniciante na bolsa de valores e está atento às variações de valores das ações. Em um dia de janeiro de 2023, John decidiu comprar uma ação que estava sendo negociada a R$ 38,00. Logo em seguida, ao longo desse mesmo dia, o valor da ação sofreu três acréscimos sucessivos de 3%, 4% e 6%. Após esses acréscimos, não houve mais alterações no valor da ação durante o dia. Podemos, então, afirmar corretamente que, no final desse dia, o valor da ação de John estava abaixo de R$ 40,00.

73. Uma fritadeira elétrica do tipo Air Fryer é vendida por R$ 400,00, com pagamento para 2 meses após a compra. Caso o comprador faça o pagamento à vista, há um desconto de 5% sobre os R$ 400,00. Assim, é correto afirmar que a taxa de juros compostos, ao mês, cobrada na venda a prazo pode ser encontrada pela expressão $(i+1)^2 = 20/19$.

74. Um jardineiro está planejando a construção de um jardim retangular em um terreno. Ao fazer seus planos de construção, ele sabe que o comprimento do jardim será 5 metros a mais do que a largura. A área total do jardim será de 84 metros quadrados. Desse modo, a dimensão do menor lado desse jardim será igual a 6 m.

75. Segundo a Magna Carta de 1988, é de responsabilidade das Assembleias Legislativas dispor sobre seu próprio regimento interno.

76. De acordo com o disposto na CF/88, a previdência social é uma das competências concorrentes entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

77. Conforme a Lei Orgânica do Município de Triunfo, é de competência suplementar do Município de Triunfo proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

78. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Triunfo, ao tratar de competência comum administrativa, o Município de Triunfo, a União e os Estados devem observar a lei orgânica federal.

79. Ao Município de Triunfo compete, concorrentemente com o Estado e a União, estabelecer e impor penalidades por infrações de suas leis, segundo a Lei Orgânica do Município de Triunfo.

80. Aos Estados, conforme a CF/88, cabe explorar diretamente, ou mediante permissão, os serviços de gás canalizado.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO